

# **ANAIS DA MOSTRA CIENTÍFICA DO UNISAL – 2022**

## **RESUMOS**

### **Subversão e Catarse da História na obra de Quentin Tarantino**

O presente trabalho irá analisar a subversão e catarse contidas em três obras do cineasta Quentin Tarantino. Será analisado o contexto e conteúdo de Bastardos Inglórios, cujo contexto nos oferece a reflexão sobre o problema do antissemitismo nazista; Django Livre, onde as estruturas da escravidão no E.U.A são revisitadas e Era Uma Vez em Hollywood, cujo enredo se aprofunda nas dimensões do Sonho Americano e o mundo das grandes estrelas de Hollywood. As três obras apresentam características em comum vindas do diretor, com a violência sendo usada como meio de comunicação e apresentam em seus enredos, subversões e catarses históricas: em Bastardos Inglórios, um grupo paramilitar de judeus que caça nazistas na França ocupada; em Django Livre, temos o protagonista Django enfrentando os algozes de sua esposa escravizada Brunhilda e em Era uma vez em Hollywood, temos como pano de fundo os assassinatos de Sharon Tate pelos membros do culto de Charles Manson. Iremos elaborar uma síntese dos processos de subversão e catarse presente no enredo e nas nuances narrativas dos filmes, onde os fatos históricos são distorcidos durante a narrativa para a transformação climática dos filmes.

### **IDEOLOGIA E FAKE NEWS: um estudo de revisão de literatura sobre seus efeitos no cenário político nacional**

Na presente pesquisa, ter-se-á como objetivo compreender a relação entre as fake news e a ideologia nos anos de 2017-2022, por meio de revisão sistemática de literatura. Com esse estudo pretendemos avaliar o quanto as relações sociais sofrem com a propagação dessas notícias falsas, bem como possibilidades de enfrentamento e combate de seus efeitos. Selecionamos os artigos com base nas palavras chaves "fake news", "ideologia" e "psicologia social" em cinco bancos de dados, a saber: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Ao todo, foram selecionados 39 artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os critérios de inclusão foram: a) ser escrito em língua portuguesa; b) com o ano de publicação entre 2017-2022; c) publicado em revista científica e d) conteúdo que versasse sobre o fenômeno das fake news, ideologia e/ou psicologia social. Já os critérios de exclusão foram: a) ser publicado em anais científicos; b) escrito em língua inglesa e c) artigos duplicados - presentes em mais de uma base de dados. Como instrumento de análise do tema proposto utilizaremos a Análise de Discurso, considerando seu aporte para compreender o discurso além de seu

conteúdo textual, e reconhecer que ele é feito de sentidos, pois a linguagem se faz presente na história. Enquanto referencial teórico nos apoiamos na Teoria Crítica, ancorada nos estudos de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Essa perspectiva teórica tem como fundamento a crítica ao funcionamento da sociedade capitalista e seus efeitos, pois a mera explicação da realidade, não promove a emancipação necessária para a sua modificação e transformação. Para se ter uma constante renovação é importante analisar o momento histórico, o presente e cada mudança na sociedade com suas reformulações. Como resultados preliminares percebemos que os artigos encontrados versam sobre as fake news, informando que possuem uma maior concentração, para desautorizar grupos socialmente minorizados, gerando conflitos sociais, políticos e afetando consideravelmente a saúde mental dos cidadãos por meio da manipulação do medo e do pensamento messiânico. Assumimos que este estudo pode desnudar a compreensão acerca da dinâmica social das ideologias e fake news e seus impactos nas relações sociais e formação da subjetividade. Além disso, ele poderá contribuir para a identificação e reconhecimento de inverdades, estimulando novas formas do pensamento crítico ao qual pode beneficiar a sociedade como todo, possibilitando o enfrentamento e combate de seus efeitos.

### **Direitos Humanos e as Lutas Sociais: Uma análise sobre a discriminação das mulheres ao se tornarem mães no mercado de trabalho brasileiro**

O mercado de trabalho tem se tornado cada dia mais difícil para as mulheres ao se tornarem mães. Isso é o que comprova o estudo 'Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil', realizado em 2019, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O levantamento indica que 48% das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ficam desempregadas em um período de até um ano após o parto, ou seja, praticamente metade das mulheres, ao se tornarem mães, perde seus empregos no Brasil. Diante desses dados, esta pesquisa tem o objetivo de realizar uma análise discursiva, aliada à pesquisa bibliográfica, para refletir sobre as dificuldades encontradas por este grupo no enfrentamento das barreiras do preconceitos e da discriminação durante a gravidez, no período de licença maternidade e, principalmente, ao retornarem ao trabalho. Esta pesquisa faz-se importante pelo fato de que há um impacto nas oportunidades de trabalho, uma vez que, apesar da participação de mulheres no mercado de trabalho ter tido o 5º ano de alta, a remuneração para o sexo feminino segue, em média, 22% menor se comparado à remuneração masculina. Como parte da revisão de bibliografia efetuada, Silveira (2021) também traz dados de 2019 mostrando que a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 54,5%, enquanto a masculina era de 73,7%. De acordo com o autor, tal aumento da taxa de participação feminina pode estar associada à necessidade das mulheres buscarem uma ocupação profissional diante da crise, buscando garantir a provisão de seu lar. Além disso, a pesquisa realizada pela empresa Pompermayer (2017), na cidade de Americana, interior de São Paulo, com 101 mulheres entre 35 a 49 anos, todas com filhos e que realizam serviços

domésticos, além do trabalho na empresa, constatou que 41% das mulheres entrevistadas responderam que já sofreram preconceito no ambiente de trabalho devido à maternidade. Frantz (2022) retrata que a conciliação entre maternidade e carreira é um dos grandes desafios na vida de uma mulher moderna, sendo um momento traçado de dúvidas e angústias. Na segunda parte deste trabalho, será realizada a coleta de informações, por meio de entrevistas, com mulheres que perderam os empregos após a licença-maternidade. Os dados serão analisados discursivamente, em busca de memórias sobre gênero e trabalho, que se solidificam histórica e ideologicamente.

### **A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO COMBATE À COVID-19: interfaces entre saúde e Direitos Humanos em tempos de crise**

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como os profissionais de enfermagem perceberam a vivência da prática profissional no contexto de combate ao COVID-19 e mapear como avaliam sua saúde e qualidade de vida frente a essa realidade. Parte-se da hipótese de que os profissionais de enfermagem que atuaram na linha de frente do combate à COVID-19 enfrentaram um contexto responsável por conferir riscos significativos à sua saúde e qualidade de vida, lidando diariamente com eventos estressores de diferentes naturezas e desafios impostos pela realidade do trabalho. Isto posto, será realizado um estudo descritivo de caráter quantitativo e, para a coleta de dados, será aplicada uma versão reduzida e validada do Instrumento para avaliação da Qualidade de vida no Trabalho de enfermeiros em hospitais (IQVTE) que possibilitará a análise estatística, através do software Excel. Serão convidados a participar do estudo de forma voluntária, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem que atuaram na linha de frente do combate à COVID-19 em uma Santa Casa situada no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Conforme apontam pesquisas recentes, 95% dos profissionais de saúde no Brasil foram afetados pelo quadro pandêmico e, diante dessa realidade, tiveram de enfrentar desafios pessoais e profissionais que trouxeram impactos para sua saúde e qualidade de vida. Sendo assim, esta pesquisa se faz relevante na medida em que visa descrever e interpretar as características e minúcias dos fenômenos investigados e estabelecer possíveis relações entre eles, encarando a qualidade de vida de forma integral, numa relação de interdependência com a garantia dos direitos à vida, saúde e segurança, estando em conformidade com os princípios da Agenda 2030 da ONU, que visa garantir e promover uma vida saudável e com bem-estar para todas as pessoas. Palavras-chave: COVID-19; Saúde Ocupacional; Direitos Humanos; Profissionais de Enfermagem.

### **O IMPACTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INFANTIL INTRAFAMILIAR NA SOCIEDADE**

Na gênese da sociedade a infância tinha conotações diversas, na idade média a infância era compreendida como um período de inexperiência e incapacidade,

na qual a criança era considerada um ser indomável e selvagem. Com o passar dos anos o infante era visto como adulto miniatura, submetido a jornadas longas de trabalhos e responsabilidades. Neste diapasão, as manifestações de carinho e afeto entre os familiares era incogitável. Foi apenas do século XVIII que o conceito de infância começou a se tornar mais humanizado. Todavia, ainda que humanizada, a educação infantil carregava um caráter repressivo e por vezes violento, no qual os corretivos educacionais para a formação do caráter e moral para vivência na sociedade eram feitos por meio de violência física, comportamento que era passado de geração para geração, quase inalterado, não podendo o Estado, até pouco tempo intervir em nada para proteger as crianças de tal violência. Neste sentido, evoluções foram alcançadas, exemplo disto é a lei 13.010/2014, conhecida popularmente como a “Lei da Palmada” que alterou a Lei Federal 8.069/1990, concedendo a criança o direito de ser educada sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante, abarcando penas de multa até a perda do poder familiar, coadunando com o Art.227 da Constituição Federal que assegura ser dever da família, do Estado e da sociedade promover, com prioridade absoluta, dentre vários outros direitos fundamentais como o direito à vida, a segurança das crianças para que ela não sofram nenhum tipo de violência. O combate feito pelo estado para reprimir os castigos físicos já resultou em uma mudança na mentalidade social no que tange a educação dos filhos, reduzindo os índices de aplicação de violência física nas crianças. Outrossim, muito embora a violência física seja mais facilmente percebida, um levantamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal no ano de 2021, aponta que a violência psicológica foi a violação de direito mais sofrida pelas crianças, fato este que demonstra um relevante impasse social, tendo em vista os graves problemas emocionais e sociais que este tipo de violência promove no indivíduo, o modelo educacional criado no âmbito familiar, ainda que violento, cria um padrão de relacionamento no infante, padrão este que será estendido aos relacionamentos sociais que a criança terá no futuro, seja na escola, no trabalho, no namoro, no trato com os outros em sociedade, legitimando ainda a violência como principal meio para solução de conflitos. Importante se faz destacar que a primeira sociedade na qual a criança habita e aprende a ter relações interpessoais é no âmbito familiar, desta forma o modo pelo qual a criança é tratada, diz muito sobre o cidadão que ela se tornará no futuro, a escritora Lya Luft leciona que a infância é o chão pelo qual caminharemos o resto dos nossos dias.

## **O POSSÍVEL AUMENTO DO TRABALHO INFANTIL E A RELAÇÃO COM EVASÃO ESCOLAR NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA**

O trabalho infantil refere-se a toda e qualquer condição de emprego que prive a criança de sua infância, sendo um fator social que assola o Brasil e o mundo. É certo que este é um fenômeno que existe ao longo da história humana, mas suas características mais marcantes vieram junto com a Revolução Industrial, onde os infantes eram submetidos a condições análogas à escravidão, subordinados a longas horas de serviço e privados de educação. No Brasil, o enfrentamento

da exploração infantil se deu em razão da redemocratização do país, onde foi reconhecido os direitos das crianças e dos adolescentes dentro do princípio de proteção integral, sendo proibido o trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de jovem aprendiz. Por obviedade, isto impulsionou o combate à exploração, obtendo entre os anos de 2016 a 2019 uma diminuição de 2,1 milhões para 1,8 milhões de trabalhadores infantis. Entretanto, este número que vinha atingindo quedas marcantes ao longo de décadas, apontou um possível aumento na pandemia da covid-19, uma vez que crianças e adolescentes foram afastados de suas escolas e ficaram à mercê das próprias escolhas e, conseqüentemente, trouxeram desafios para todos os setores sociais e de garantias, considerando que é na desigualdade e na exclusão escolar que se encontram a origem do trabalho infantil. Há que se destacar que às medidas de isolamento foram fundamentais para conter a propagação da covid-19, contudo é preciso refletir sobre os impactos que a pandemia trouxe para a vida dos jovens brasileiros, dado que no cenário de crise, estes foram os sujeitos mais vulneráveis. De acordo com levantamento da organização "Todos Pela Educação", 244 mil crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021, número que representa um aumento de 171% em comparação a dados levantados no ano de 2019, o que evidencia falhas na fiscalização e em políticas públicas voltadas à educação. À vista disso, é importante evidenciar, que crianças afastadas de seus ambientes estudantis, se tornam vítimas de várias violações, sendo uma delas o ingresso precoce no mercado de trabalho e, que após passarem longos períodos distantes, a probabilidade de retorno à escola é minimizada. Destarte, para que este índice não aumente drasticamente, o acesso à educação mostra-se de extrema relevância em um período pós-pandêmico, fazendo-se necessária a implementação de uma campanha de combate à evasão escolar e ao retorno estudantil, sendo essencial a busca daquelas crianças e adolescentes que não voltaram aos estudos juntamente com a reabertura das escolas.

## **SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

O estudo teve como objetivo analisar como os universitários fizeram para tentar manter sua qualidade de vida, por meio da alimentação, exercício e outros, em tempos de isolamento social, em razão da crise sanitária que acometeu a humanidade, fruto da Pandemia do COVID-19, a partir de março de 2020. Para tanto, a pesquisa foi realizada com os estudantes universitários do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, por meio de formulário elaborado no Google Forms. Participaram da investigação os alunos e as alunas que concordaram com os termos e condições da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No formulário as primeiras perguntas eram sobre o sexo, o curso, o semestre e o campus. Após estas perguntas os participantes responderam seis perguntas sobre a saúde. O formulário foi disponibilizado apenas para alunos/as universitários/as da rede UNISAL, de qualquer curso. Dentre os/as alunos/as que responderam 44,1% correspondem

ao sexo masculino e 55,9% do sexo feminino, estando dentro da faixa etária dos 18 aos 58 anos. Os participantes são estudantes dos cursos de Administração, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Pedagogia e Psicologia. Após uma análise detalhada dos dados, um dado que chamou bastante atenção, de maneira positiva foi que apenas 13 alunos/as não fizeram absolutamente nada durante a pandemia, não tentaram manter sua qualidade de vida, enquanto os outros 46, buscaram de alguma maneira fazer atividade e exercício físico. Os 43 participantes que realizaram alguma atividade e/ou exercício físico, não são apenas estudantes de Educação Física, o que demonstra que todos buscaram uma qualidade de vida, seja para começar a mudar os hábitos para tentar ter uma vida mais saudável ou para conseguir suportar a carga horária de trabalho, mais os estudos, todos de maneira remota. O estudo mostrou que os/as estudantes que participaram da pesquisa buscaram manter sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que viviam algo inédito e que não foi nem pouco agradável, como o isolamento social, mas eles superaram os desafios e se mantiveram bem fisicamente.

### **Olhando para quem atua: oficina com os profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Paulínia- SP**

O presente estudo relata o cotidiano e vivências de uma estagiária de Psicologia em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o público atendido são crianças e adolescentes do município de Paulínia-SP, com a idade a partir de 6 anos até 14 anos e 12 meses. O início do estudo ocorreu em agosto de 2021 e a finalização prevista é para dezembro de 2022. O estudo é vigente da escolha da Ênfase em Promoção Social, na qual apresenta três etapas, a primeira etapa aconteceu a realização do diagnóstico psicossocial e levantamento das necessidades do campo, na segunda etapa foi possível realizar o planejamento e iniciar as intervenções condizentes com a realidade e possibilidades do campo e a terceira etapa está sendo fruto da continuação das intervenções posteriormente realizadas. O grupo da intervenção é composto por quatro profissionais, todos com ensino superior completo, possuem entre 30 e 40 anos e entre eles estão: 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 educadora social e 1 educador físico. Os principais objetivos das intervenções são de despertar a interlocução, diálogo e comunicação do grupo. Espera-se a maior participação aos serviços de saúde e assistência do município e ações pensadas em prol da comunidade, funcionários e suas famílias; tornar o grupo de profissionais conscientes e críticos em situações conflituosas e desafiadoras da profissão; fortalecimento do grupo para que haja a percepção dos seus limites, dificuldades e potencialidades e estimular o grupo a participação social junto as políticas públicas. Por meio de observação participante e levantamento de dados da instituição, notou-se falas sobre os limites da atuação, dificuldades e potencialidades que enfrentem em suas ações diárias, especialmente sobre as injustiças e desigualdades, gerando no grupo por diversas vezes a sensação de

impotência. A utilização do referencial da psicologia social, comunitária, grupos, fortalecimento de grupo e políticas públicas, foram utilizadas com o objetivo de ampliar a compreensão teórica e prática dos fenômenos sociais que norteiam a atuação. Está sendo realizadas oficinas voltadas para os profissionais que atuam no serviço com o foco de fortalecimento de vínculos. A relevância social da intervenção é destinada principalmente aos profissionais e conseqüentemente abrange os usuários do serviço, instituição, serviços de saúde do município e a comunidade. Nos encontros realizados até o presente momento, nota-se uma maior abertura dos profissionais para lidarem com os problemas institucionais, uma organização das atividades com as crianças e adolescentes junto as famílias e senso crítico frente as ações, despertando mudanças na forma de atuação e compreensão junto com outros profissionais da rede assistencial do município.

### **CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES NO ESPORTE: ginástica artística e discussão de gênero**

Após nossas experiências na área esportiva trabalhando com esportes gímnicos e percebendo o conservadorismo e o preconceito presente dentro da Educação Física, seja no ambiente escolar ou meio esportivo, resolvemos trazer à baila o entendimento dos profissionais da área sobre as palavras: gênero, sexo e sexualidade e fomentar uma discussão sobre essa diferença entre os sexos que ainda é extremamente marcante na Ginástica Artística. Às mulheres, a graça, a leveza, os passos rítmicos, a expressão artística, a dança e a musicalidade e aos homens, sob uma forte influência do Método Alemão, de formação militar, a força, a velocidade, a impulsão e os movimentos quadrados. Esses, desde sempre, são elementos obrigatórios nos treinos, nas vivências e nas séries compostas para as competições de cada um dos sexos. Com a evolução do esporte, alguns equipamentos sofreram mudanças e se equipararam entre os sexos: a Mesa de Salto é o caso mais marcante, no qual a diferença se manteve na altura e não mais no posicionamento do aparelho. Com uma base teórica formatada através de um levantamento bibliográfico sistêmico em periódicos, dissertações, teses e livros em um período de cinco anos, encontramos noventa e dois artigos científicos e seis livros e, além de realizarmos uma pesquisa de campo através de entrevistas com um questionário para respostas abertas e de forma qualitativa e descritiva de opinião com vinte e um treinadoras/es de Ginástica Artística de Campinas e região, mapeamos a interpretação e a cosmovisão sobre o espaço de cada sexo dentro da Ginástica Artística. Como resultado, encontramos uma tímida produção sobre o tema, já que, nesse período, essa discussão ainda não era o foco da sociedade em geral e na área da Educação Física, o que fica claro nas respostas apresentadas. Com uma nova visão de mundo sobre gênero, sexo e sexualidade, e a inclusão de todas/es/os nos ambientes escolares e esportivos de nossa sociedade cada vez mais em voga, os nossos debates atuais precisam abordar os novos papéis dos sexos dentro das aulas de Educação Física, o que deverá mudar muitas regras e formas de atuação de profissionais da área para atender à demanda da

sociedade e aos sujeitos que assumem sua diversidade como vemos hoje. Afinal, a Educação Física, em um dos seus pilares humanistas, busca a inclusão de todos os sujeitos sem nenhuma distinção de sexo, gênero, capacidade, faixa etária e poder socioeconômico. É necessário ampliar os debates para formar as/os novas/os profissionais e atualizar as/os formadas/os com as novas demandas sociais vigentes e acabarmos com o obscurantismo atual sobre esses temas, seja na Educação Física escolar ou na formação esportiva.

### **Influência escolar e Direitos Humanos: a garantia de um ambiente de proteção pós pandemia**

A pesquisa tem por objetivo geral verificar se o espaço escolar tem garantido o “pleno desenvolvimento da personalidade humana” como prevê o Artigo 26º, inciso II da Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Investigando de que forma os adolescentes vem se adaptando ao retorno das atividades presenciais, considerando a subjetividade e personalidade de cada estudante, além de analisar se as instituições (família, governo, escola, etc) têm proporcionado aos adolescentes os direitos à saúde, educação, cultura e lazer , como elencados no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e avaliar a percepção dos adolescentes sob a saúde mental subjetiva, alinhado ao atual contexto histórico e social. O problema que direciona a presente pesquisa questiona como a escola vai continuar garantindo um espaço de proteção para os alunos ingressantes pós pandemia? Para o desenvolvimento e fundamento do tema aqui exposto, foram designadas temáticas e conteúdos bibliográficos circundantes à influência escolar na vida do indivíduo: instituição social, impactos pandêmicos e saúde mental, escola como promoção de Direitos Humanos. O projeto de iniciação científica, será realizado em uma escola da Rede Estadual de um município do Vale do Paraíba/SP. O trabalho trata-se de uma pesquisa de levantamento de campo (survey) de cunho descritivo, visando levantar dados de caráter quantitativo possibilitando margem para o desenvolvimento de gráficos e análises aprofundadas. Outrora, o projeto também se configura como uma pesquisa descritiva, em virtude de descrever as características do fenômeno ou população. Para a coleta de dados será utilizado um questionário alinhado aos objetivos e temas da pesquisa apresentada, confeccionado e desenvolvido pelo grupo. Desse modo, os dados coletados serão analisados a partir da Análise de Discurso, fundamentada pela teoria de Laurence Bardin. Em síntese, os resultados esperados direcionam que ao proporcionar aos adolescentes um espaço de proteção após o período de isolamento social, promovendo um contexto escolar flexível e ajustável, estes poderão elaborar e ressignificar vivências comuns procedentes deste período de modo a estimular o conhecimento e a promoção dos Direitos Humanos.

### **A Oficina de Gênero & Sexualidade e as práticas interventivas com a população LGBTQIA+**



Desde 2015, Oficina de Gênero & Sexualidade vem sendo oferecida como parte das comemorações do dia 27 de agosto, Dia da/do Psicóloga/o, dia em que foi sancionada a Lei nº 4.119/1962, que estabelece o reconhecimento da profissão no Brasil. Em 2022, a Psicologia brasileira comemorou 60 anos e o Conselho Federal (CFP) abordou o lema “Uma história para construir o futuro”. Assim sendo, fomos convidados e convidadas a revisitar práticas e rever compromissos ético-políticos. No que tange às questões de gênero e sexualidade, a Psicologia tem sido desafiada constantemente a se posicionar e amparar a atuação profissional, sobretudo, a partir das premissas em defesa dos Direitos Humanos. Contudo, como ciência e profissão constantemente a se fazer, a Psicologia ainda tem muito a contribuir, como por exemplo na contestação da normatização dos binarismos sexuais e de gênero e da naturalização das desigualdades; também na ampliação de discussões e desconstrução de preconceitos; na atuação junto às políticas públicas em defesa e ampliação dos direitos e enfrentamento às inúmeras expressões de violências que são dirigidas às pessoas LGBTQUIA+, além do auxílio na promoção da felicidade e da liberdade de todos, sem exceção. Entre os temas já abordados ao longo da Oficina estão os conceitos introdutórios sobre gênero e sexualidade; violências contra as mulheres e outras manifestações das violências de gênero; a resistência dos corpos em trânsito e a realização de um Cine-Debate com a exibição do filme-documentário “Divinas Divas” (2016). Na última edição, realizada em 2022, com o título “Por uma Psicologia Diversa & Inclusiva”, a Oficina contou a participação de alunos e alunas egressos do curso de Psicologia/UNISAL, que ao longo da formação desenvolveram práticas interventivas, como os projetos “O arco-íris invade o céu” e a Oficina “Do exercício da linguagem ao direito de ser Gente”, oferecidos a partir de encontros online, realizados via plataforma do Google Meet ao longo dos anos de 2020 e 2021. As intervenções tiveram como objetivo proporcionar informações históricas e discussões que favorecessem o exercício da escuta e do acolhimento a fim de dialogar sobre as diferentes formas de expressão das identidades e manifestação da sexualidade; o processo de aceitação do indivíduo e da(s) família(s); a influência da(s) religião(ões) na manutenção dos preconceitos, as dificuldades nas relações interpessoais, no acesso a saúde, na inserção no mercado de trabalho, visando assim promover educação em direitos humanos e garantias mínimas de práticas de respeito e inclusão social.

## **A EDUCAÇÃO COMO CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE**

A educação é um direito fundamental de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, visando desenvolver e potencializar a capacidade intelectual do indivíduo. A educação não se limita à instrução ou à transmissão de conhecimento, ela compreende o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, aprimorando habilidades e competências. Educação escolar é aquela que acontece no âmbito formal, dentro da instituição escolar. A escola é uma importante instituição que auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos

indivíduos. Além disso, desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos. Por meio da educação escolar, o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade na qual está inserido. A educação no Brasil é fundamentada na Constituição Federal, sendo um direito de todos os indivíduos. É de responsabilidade do governo federal, por meio do Ministério da Educação, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. O artigo 205 da Constituição Federal aponta que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O artigo 205 da Constituição prevê três objetivos básicos da educação: garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. A educação no Brasil também objetiva desenvolver o cidadão com o apoio do Estado, da Sociedade e da Família. A educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. É exercida de forma que o indivíduo desenvolva suas habilidades, adequando-se à sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma instituição escolar, a educação é realizada além dos limites da educação formal, abrangendo aquilo que se aprende também no convívio social. Por meio da educação, produz-se conhecimento e, assim, todas as esferas de um país desenvolvem-se (SILVEIRA, 2013, p.16) . A educação vai além da educação formal nas escolas, abrangendo também os âmbitos familiar e social. Investir na educação é, portanto, primordial para garantir que o indivíduo exerça sua cidadania e alcance o pleno desenvolvimento. Um país que investe em educação proporciona investimento também em todos os outros setores. A educação abre portas, desenvolve o senso crítico e garante a dignidade das pessoas e da sociedade. Segundo Aragão (2021, p. 37) , sendo a educação o ponto inicial de um indivíduo, a educação em meio ambiente é essencial para a vida e o desenvolvimento econômico e social do país. Deve-se considerar que o meio ambiente não diz respeito apenas a fauna e flora, mas também ao ser humano, portanto, toda a política ambiental deve ter a humanidade como foco.

## **INFÂNCIAS ROUBADAS: AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DA INFÂNCIA CAUSADA PELO ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**

A pandemia do novo Coronavírus vivenciada em alta escala no território brasileiro desde março de 2020, foi responsável pela instauração de novas configurações sociais. Estabeleceram-se restrições preventivas e medidas de isolamento social principalmente entre os grupos de maior vulnerabilidade, como por exemplo, as crianças, que tiveram suas aulas escolares presenciais suspensas e vivenciaram restrições nos contatos sociais por mais de um ano. A criança é nascida em um meio cultural constituído por significações sociais que foram historicamente produzidas, sendo constantemente resinificadas através das relações sociais. Dessa forma, a interação entre crianças e entre crianças e

adultos é de suma importância, pois o processo cultural necessita de um outro ser social para acontecer. Dentro dessa perspectiva, a psique humana é em sua essência algo socialmente construído. Pela necessidade do isolamento social houve uma grande perda de interações e então possíveis impactos no desenvolvimento de funções psíquicas, além do possível atraso na aprendizagem de crianças em fase de desenvolvimento. Assim sendo, ao refletir a situação da ausência e/ou restrição de contato social das crianças, torna-se necessário investigar e analisar os impactos ocasionados pelo isolamento social nas crianças, e o que pode ser feito em prol da saúde mental das mesmas. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo investigar e discutir as consequências do isolamento social e seus impactos no desenvolvimento psicossocial de crianças de 6 a 8 anos, durante o período da COVID-19. Para tanto, está em andamento a aplicação de um questionário, elaborado pelos pesquisadores, em 15 mães, pais ou responsáveis por crianças que tinham idade entre 6 e 8 anos durante a pandemia, que viveram o período de isolamento social no contexto brasileiro. O questionário é composto por 13 questões fechadas abordando as diferenças que os pais ou responsáveis sentiram sobre o antes e depois do isolamento social ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, bem como os possíveis impactos gerados nas crianças. A captação de participantes está se dando através de redes sociais e a aplicação do formulário está acontecendo de maneira remota, via Google Forms, favorecendo uma maior acessibilidade e, conseqüentemente, um maior alcance e acesso aos participantes. Espera-se que, mediante os dados coletados, possamos identificar o impacto do isolamento social no desenvolvimento psicossocial de crianças que tinham, no momento inicial da pandemia, entre 6 e 8 anos, discutindo se houve um aumento no uso de telas pelas crianças e as consequências do ensino remoto no desenvolvimento das crianças. Os dados serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, discutindo-os, principalmente, à luz da teoria de Vygotsky, mas também de outros referenciais essenciais no estudo do desenvolvimento infantil.

## **GGDSAL (Ginástica e Dança do Unisal): CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO HUMANO NOS MODELOS PRESENCIAL E REMOTO**

## **OS DESAFIOS BIO-PSICOSSOCIAIS SOFRIDOS PELO CORPO DOCENTE DE ESCOLA PÚBLICA COM A PANDEMIA DO COVID-19**

A pesquisa teórico empírica parte da justificativa de que os impactos biopsicossociais causados pela pandemia do Covid-19 têm trazido consequências ao ensino-aprendizagem das escolas públicas, principalmente na perspectiva de ensino dos professores. Portanto, nosso público alvo são professores de escolas públicas que lecionaram no período de 2019 á 2022 e que estão sendo impactados negativamente com os desafios emergentes. A necessidade de ressignificar-se e de lidar com os impasses da pandemia está

sendo um processo de adaptação que exige muito desses professores que estão se reinventando em sala de aula, com pouco recurso e uma grande demanda de alunos carentes de aprendizado escolar. Realizamos até o momento, a observação científica de uma escola pública estadual, que atende as demandas de ensino médio e EJA no período noturno. Por meio das visitas que aconteceram quinzenalmente às quintas-feiras, com duração de 1h, foi possível perceber a instituição, conhecer as estruturas, os alunos (grande parte maior de idade), as salas de aula, a dinâmica escolar, a gestão e parte do corpo docente, principalmente do período noturno. A princípio, percebemos que há uma rotatividade de funcionários notória na instituição, esta que por sua vez, carece de programas que promovam saúde biopsicossocial para toda comunidade escolar, principalmente aos docentes, tendo em vista que, o retorno às aulas e a adaptação ao modelo presencial pós covid, influenciou na manifestação de transtornos de ansiedade, pânico, estresse, inassiduidade e afastamento de muitos professores efetivos devido a doenças psicológicas. Partindo dos dados observáveis e da análise documental sobre o impacto negativo que a pandemia do Covid-19 trouxe ao contexto supracitado, buscar-se-á alternativas para promoção e prevenção da saúde e qualidade de vida dos docentes.

## **FESTIVAIS ARTÍSTICOS DO UNISAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DOS CONVENCIONAIS AOS DISRUPTIVOS**

Os Festivais do UNISAL acontecem desde 2012 e fazem parte do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Educação Física – Licenciatura e Bacharelado, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Até 2013 era realizado somente um festival por ano, mas a partir de 2014 esse evento passou a acontecer a cada fim de semestre e de formas diferentes, tais como: Festival de Ginástica e Dança, Festival de Arte de Rua, e outras denominações, de acordo com as disciplinas envolvidas e discussões ocorridas em salas de aulas. Os Festivais não têm caráter competitivo, mas sim de espetáculo, pois são eventos de cunho artístico. Os festivais do UNISAL nasceram da iniciativa de professores/as que ministram disciplinas que tematizam a arte, a educação estética, a corporeidade, o sensível, a criatividade e a criticidade por meio de vivências corporais. São disciplinas que abordam as ginásticas, as danças e as atividades circenses, como manifestações culturais e artísticas; que promovem o desenvolvimento das melhores qualidades humanas. Assim, o presente estudo traz a sistematização de experiências advindas desses festivais, nos modelos presencial, remoto e híbrido. Os festivais no modelo presencial aconteceram de 2012 a 2019, com a organização dos/as alunos/as do UNISAL em parceria com os/as professores/as responsáveis pelas disciplinas envolvidas; já nos anos de 2020 e 2021 (apenas no primeiro semestre), os festivais aconteceram no formato on-line, pelo canal institucional do Youtube, com projeção de vídeos elaborados pelos/as alunos/as. Isto aconteceu em função da crise sanitária que acometeu a humanidade, fruto da pandemia da COVID-19, que demandou o isolamento social. Já no segundo semestre de 2021 e primeiro de 2022 foi possível a volta presencial das atividades, o que possibilitou a realização do festival no formato híbrido, tendo

apresentações presenciais e outras no formato de vídeos, com um pequeno público assistindo em lócus e outras pessoas via canal institucional do Youtube. As narrativas presentes no relatório final de sistematização das experiências referentes aos festivais contam por si, pois trazem esses eventos como parte da formação profissional dos/das acadêmicos/as de Educação Física, bem como contribuições para formação pessoal, pois há uma forte ligação entre reflexão, técnica e criatividade, na elaboração de trabalhos artísticos. Há uma busca constante por temáticas que possam favorecer o entendimento à diversidade da condição humana, a inclusão social e aos direitos humanos, pois as disciplinas que estão à frente da organização dos festivais têm traços sociais e culturais. Portanto, conclui-se que, os festivais, sejam no modelo presencial, remoto ou híbrido, são espaços de produção do conhecimento, de socialização de saberes e possibilidades de protagonismo, autoexpressão e autopoiese, tanto para quem participa ativamente desse evento, como também para quem organiza ou apenas aprecia.

## **A EDUCAÇÃO COMO CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE**

### **Atividades culturais no processo formativo visando a educação das relações étnico-raciais**

Embora sancionada em 2003, a Lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade de inclusão nos currículos nacionais da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", sua total implementação ainda é um grande desafio nos cenários educacionais. O Brasil, embora se configure como um Estado Democrático de Direito, na prática, porém, se apresenta como uma sociedade recortada por desigualdades sociais. Forjada em uma matriz patriarcal e colonialista, a sociedade brasileira se constitui como um sistema de relações que legitimam a superioridade masculina, cria padrões e valores culturais, nos quais a raça negra é inferiorizada e estigmatizada. Para tanto, no primeiro semestre de 2022, algumas ações culturais foram desenvolvidas no horário de intervalo do período noturno pelo Núcleo de Educação das Relações Étnico-raciais no campus Maria Auxiliadora a fim de provocar e sensibilizar a comunidade acadêmica. Entre elas, a Roda de Conversa "Quem somos e o que queremos nós?" realizada no dia 08 de março, Dia Internacional das Mulheres, a fim de assinalar a interseccionalidade entre os marcadores sociais de raça, classe e gênero, o reconhecimento de diferentes opressões, além dos desejos e anseios de mulheres como grupo social. Outras intervenções aconteceram no decorrer do mês de maio. Há tempos a data de 13 de maio vem sendo pontuada, sobretudo, pelos Movimentos Negros, como uma data que demanda reflexão e não comemoração; inclusive a data foi instituída como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Nesta oportunidade, em parceria com o Centro Cultural Candeeiro e a União de Negras e Negros pela igualdade (UNEGRO) de Americana e Santa Bárbara d'Oeste e com apoio da Pastoral Universitária e Coordenação da Missão Institucional, foi realizada uma

apresentação de cantoria com tambores e coreografias de Jongo. A intervenção proposta objetivou à afirmação de narrativas diversas e a cultura afro-brasileira. Para tal, contou com a fala de Benedito Samuel Barbosa, liderança nos referidos movimentos; as falas foram articuladas a músicas afro-brasileiras performadas por outros três integrantes dos coletivos mencionados. Já em comemoração ao Dia Internacional dos Museus que também acontece no mês de maio, o Núcleo trouxe a exposição da artista jovem Lais Sabino “O Despertar do Imaginário”. A incursão objetivou promover o contato com a arte, que pode contribuir para a provocação de temas cotidianos como o racismo e a discriminação. Algumas das produções expostas têm referência direta a outras obras de renome, como a ilustração Black Lives Matter e a escultura em bronze de Flávio Cerqueira, Amnésia. A obra do referido artista plástico faz referência ao branqueamento das populações negras no Brasil e compõe o acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). As proposições culturais, de modo geral, visaram tomadas de consciência e o engajamento na luta antirracista, sobretudo a partir de uma educação crítica e transformadora.

## **PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS AOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL**

Segundo dados do governo federal, estima-se que cerca de 325 mil refugiados e emigrantes venezuelanos vivem no Brasil. Tais refugiados e emigrantes, em sua maioria, entram no país pelos estados de Roraima e Manaus, assim, desde 2018, dentro da operação “Acolhida”, iniciou-se uma estratégia de interiorização, buscando ajudar no desenvolvimento dessas famílias e cidadãos venezuelanos, o governo federal envia parte desses estrangeiros para cerca de 675 municípios brasileiros. De acordo com a ACNUR (Agência da ONU para refugiados) essa estratégia se mostra certa, já que dados coletados com 360 famílias interiorizadas, indicam que 77% delas encontraram emprego rapidamente após sua chegada no novo municípios, a maioria já possuía dinheiro para pagar aluguel e alimentação e todas as famílias já possuíam, ao menos, uma criança na escola. Comparativamente, na medição antes da interiorização, a taxa de empregabilidade era de 7% e somente 65% das famílias tinham, ao menos, uma criança matriculada na escola. (ACNUR, 2020; e ACNUR Brasil, 2021). Apesar do sucesso da estratégia, faz-se necessário um auxílio para situações de vulnerabilidade extrema, principalmente para quem procura refúgio em outros país, o que exige estruturação do Estado para a proteção dos direitos fundamentais sob os aspectos de saúde, trabalho e moradia. O presente trabalho visa apresentar o Projeto Extensionista “Projeto Amistad” articulado por alunos e ex-alunos do UNISAL, campus Lorena, que tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades venezuelanas locais, auxiliando na sobrevivência digna dessas famílias, inserção no mercado e na sociedade local, conhecimento da cultura local, resgate e fortalecimento também da cultura nativa desses povos.

## **Educação em Direitos Humanos: A Inserção do Direito no Ensino Médio Como Meio de Educação Política**

A educação básica tem se tornado instrumento fundamental para que jovens em processo de formação, não apenas entrem em contato com determinados dispositivos de direitos humanos, como saibam acessá-los, garantindo, deste modo, a própria proteção da finalidade para os quais tais direitos foram constituídos? O presente projeto de intervenção é multidisciplinar, , sob a orientação da Profª Drª Wanessa Carla Gazzoni. Nos passos iniciais do primeiro semestre de 2022. Dessa forma, as alunas de Direito ficaram responsáveis por iniciar uma cartilha com o conteúdo a ser proposto às unidades de ensino - podendo ser visualizada, em partes, desenvolvendo temas básicos sobre Constituição de forma simples e lúdica, apontando para a separação e competência dos Poderes, bem como a importância do voto. Com isso, objetivou-se aprimorar e trabalhar outras temáticas. Para realização do projeto foi realizado o mapeamento de duas escolas e uma OSC em Campinas - SP. Selecionou-se, da Escola Salesiana São José, alunos(as) do terceiro ano do Ensino Médio, assim como o mesmo período da Escola Estadual Carlos Gomes. À vista disso. Por meio do contato com as escolas e a OSC, constituiu-se com a apresentação do projeto para os locais, via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e preenchimento do formulário do Google, ao passo que expressaram as temáticas que consideraram como interessantes e/ou que tenham curiosidade de apreender. Todos os encontros serão previamente estruturados, em concordância com os temas indicados pelas respostas do formulário e os assuntos descritos na cartilha confeccionada. É necessário saber os meios para atingi-lo. Saber, por exemplo, que a Constituição prevê instrumentos como a Ação Popular como meio de defesa dos interesses da coletividade estando este tipo de ação à disposição de qualquer cidadão pode acender na cabeça dos estudantes a possibilidade real do poder de transformação que o Direito pode ter em suas vidas. Não há de se falar em cidadania quando não existe sequer uma formação básica para o conhecimento dos direitos fundamentais, de como estes princípios são positivados e de como acessá-los. Espera-se que seja possível construir um espaço alternativo de comunicação e informação aos jovens e adolescentes que estão no ensino médio, frisando a importância da educação política na sociedade, informando alguns direitos básicos que todo cidadão possui, a partir de rodas de conversa e debates que contribuam na formação do pensamento crítico desses indivíduos.

## **CYBERBULLYING, SUAS CONSEQUÊNCIAS E O DIREITO BRASILEIRO**

Antes de de se entrar a fundo no tema referido, deve-se em primeiro lugar explicar o que é cyberbullying. Para se retirar o conceito correto do que é cyberbullying, é preciso olhar para a palavra em si, desta forma, temos que a palavra cyberbullying consiste na junção de duas palavras da língua inglesa, bullying e cyber. Cyber é uma contração da palavra cybernetic (cibernético), que se refere, na Teoria da Comunicação, àquilo que está ligado à rede de

informação e comunicação, mais precisamente, ao âmbito da internet. Já a palavra bullying é formada a partir da palavra inglesa bully, que significa valentão, acrescida do sufixo “ing”, que indica continuidade da ação exposta em um verbo. Rodrigo Wasem Galia, conceitualiza da seguinte forma “O cyberbullying é um tipo de violência contra uma pessoa praticada através da internet ou de outras tecnologias relacionadas (meios virtuais)”. Sendo assim, cyberbullying pode ser conceitualizada como a extensão da prática do bullying (violência contra uma pessoa) no ambiente virtual. O cyberbullying pode vir a ocorrer de várias formas, como por exemplo: Assédio (enviar, de forma reiterada, mensagens ofensivas a uma única pessoa, sendo um ou vários assediadores.), fraping (ato de um terceiro que invade a rede social, ou cria uma conta falsa, de uma pessoa com o intuito de, se passando por ela, a difamar, humilhar, etc.), Catfishing (ato de criar um perfil falso para se relacionar com um pessoa, com o intuito de a humilhar ou conseguir ganhos financeiros), entre outros. Normalmente, quem pratica o cyberbullying esconde-se atrás de perfis falsos de redes sociais, acreditando estar com a identidade totalmente protegida. No entanto, existem mecanismos de rastreamento de agressores e difamadores virtuais. Uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Ipsos revelou que o Brasil é o segundo no ranking de cyberbullying no mundo. No âmbito jurídico, a prática do cyberbullying pode ser enquadrada nos crimes contra a honra. Os crimes contra a honra positivados no código penal são: difamação (art.139), injúria (art. 140.) e calúnia (art. 138). Haja vista tudo que foi exposto, vem a ser de suma importância que nosso legislativo volte a olhar este crime, para que ocorra uma maior punibilidade, com o intuito de fazer que os praticantes não se sintam impunes. Esse texto foi escrito com o objetivo de dar palco e trazer a luz a este tema que é tão importante e que merece mais atenção, tanto jurídica, quanto social. Diversas pessoas sofrem com esse crime e muitas das vezes, sentem que não existe forma de punir quem o faz. Como diz a coordenadora de Tecnologia Educacional do Colégio Marista Arquidiocesano, localizado em São Paulo (SP), Cleusa Diniz: “Os jovens devem ter seus direitos respeitados em todos os espaços de interação. Respeitar a posição de todos deve ser uma maneira de se relacionar com o mundo, para construirmos juntos um futuro mais ético, justo e solidário.

## **PÔSTERES**

### **CONTRATOS DE LOCAÇÃO COMERCIAL COM ENFOQUE NAS DECISÕES JUDICIAIS NO MOMENTO DA PANDEMIA POR CORONAVÍRUS E PERANTE A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS**

Os contratos possuem a intenção de firmar o acordo entre as partes, preservando e tornando pacífica a convivência de todos os envolvidos e, diante esse entendimento, no âmbito nacional, a função social dos contratos é vista como um princípio moderno que veio ganhando destaque com o advento da Constituição Federal de 1988, por meio das novas concepções de propriedade



privada e seus aspectos sociais, para agregar aos clássicos do contrato. Esse princípio é um dos institutos que melhor reflete a ideia de socialidade no Código Civil brasileiro de 2002, pois a sociedade é, ao lado da eticidade e operabilidade, um dos valores que nortearam a elaboração do novo Código. Cabe ressaltar que a natureza jurídica da função social do contrato, norteada no contexto social, e não somente no contexto privado, podendo apresentar consequências relativas, também, a terceiros que não tenham relação direta com o contrato estabelecido, exigindo que a vontade seja manifestada ou declarada, dependendo dos fatos ocorridos, de forma idônea para que o ato possua uma existência no universo negocial. Contratos podem se tornar nulos ou anuláveis, a depender do desejo do agente, bem como por vício essencial, sopesando também os efeitos da força maior. Por sua vez então, uns dos contratos mais afetados pela pandemia segue as premissas do negócio jurídico, necessitando de um acordo que pode ser feito por duas ou mais partes, onde o contrato detalha o bem alugado e as penalidades em casos de descumprimento do documento, havendo obrigações a serem seguidas pelos envolvidos. O conceito de função social dos contratos, ainda mais no que tange às locações, é de essencial consideração no período pandêmico que ainda insiste em assolar a economia brasileira, mesmo com pequenos sinais de recuperação, haja vista que diversas condições preestabelecidas já não são mais válidas e possíveis. Desse modo, o intuito do presente trabalho é evidenciar como a evolução do negócio jurídico e das funções sociais dos contratos foi fundamental para ressurgir obrigações antes esquecidas, como a assistência, lealdade, confidencialidade e boa-fé, juntamente com a identificação de fundamentos legais e jurídicos que embasam caso fortuito e força maior, em prol de verificar como vem se posicionamento o âmbito jurídico no que tange os contratos de locação de imóveis comerciais em momento de pandemia, provocando debates por meio de decisões reiteradas, as jurisprudências, comprovando que a justiça não se mostrou omissa ao encarar pedidos de revisão contratual na tangente do valor do aluguel. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos bibliográficos e documentais, aliados ao método exploratório.”

## **AVALIAÇÃO DE INDICADORES PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA ANALÍTICA DE APRENDIZAGEM (LEARNING ANALYTICS) - Enfoque de mineração de dados**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar e propor a melhoria de indicadores pedagógicos da educação superior brasileira, pelas ferramentas e técnicas da analítica de aprendizagem (learning analytics) e dos sistemas adaptativos educacionais, no quadro conceitual da inteligência artificial, segundo o princípio de big data e das técnicas associadas de data mining. Os indicadores de resultado trabalhados foram de natureza quantitativa e qualitativa, obtidos junto ao setor de tecnologia de informação do UNISAL, como filial, campus, curso, habilitação, turno, modalidade, período letivo, turma, disciplina, sexo e nota, havendo, portanto, uma readequação em relação à proposta inicial. A metodologia de condução do trabalho empregou processos empíricos da

analítica de dados (coleta, tratamento, processamento e análise de dados de IES, no caso o UNISAL) e as já citadas variáveis. A hipótese de trabalho de que a analítica de aprendizagem e os sistemas adaptativos educacionais podem ser ferramentas de transformação da educação superior, ao melhorar indicadores pedagógicos de importância para a IES que os utiliza, foi verificada. Como resultados, obteve-se a confirmação de que a analítica de aprendizagem pode ser de utilidade para alunos e professores do UNISAL, e para o sistema de educação superior como um todo.”

## **A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL APLICADA NO PRISMA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS PARA A INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO PENAL**

Posteriormente à segunda guerra mundial, um sistema internacional desenvolvido com objetivo de proteger os direitos humanos apresentando ao mundo abalado uma resposta de caráter emergencial, pois o período entre guerras regida de totalitários representado pela proposta de dominação da sociedade de modo a prevalecer somente os deveres e jamais os direitos em face do Estado. Sob o prisma do pensamento do filósofo Immanuel Kant, uma atribuição a enunciação do princípio da dignidade humana, reconhecido que ao homem não se atribui valor/preço, mas devendo considerar como um fim a si mesmo. Deste modo, decorrente ao expansionismo territorial marcada pelo horror de uma guerra marcada de conflitos com proporções globais. O Sistema Internacional de Direitos Humanos fora construído em caráter emergencial para que viesse a ser atribuída a responsabilidade de toda atrocidade, diante do cenário a perspectiva de Hannah Arendt, quanto os Direitos Humanos apresentados não como dados, mas um constante processo de construção e reconstrução. O ser humano como único revestido de dignidade, pois a sua totalidade é inseparável para autonomia de uma razão prática sendo a condição humana é o suficiente para dignidade, na qual torna-se independente o reconhecimento social. Em tratando da preservação das garantias fundamentais no Estado Democrático de Direito, o processo penal é revelado com interesse no que tange a lei diante do conflito entre as partes em que consiste a prestação jurisdicional. No Brasil, o direito penal é apontado como sendo inquisitorial devido o juiz tomar conhecimento prévio de modo que permite a continuação por provas, enquanto o negocial e flexível permite acordos realizados fora do devido processo penal, assim não fazendo a observância das garantias expressas na Constituição Federal de 1988 dotada de supremacia da forma que torna indisfarçável o estado de atos inconstitucionais diante da omissão dos órgãos públicos na tentativa de implementar medidas que tornem eficazes para ordem estrutural com objetivo de neutralizar a situação patológica gerada na efetivação das leis constitucionais. Dessa forma, o intuito do presente trabalho é elucidar a importância de uma principiologia constitucional como fundamento indispensável para se produzir e/ou se interpretar normas processuais penais que afetam direitos e garantias individuais. Para tal, trate-se de uma pesquisa jurídica bibliográfica no campo do Direito.